

A CONCEPÇÃO DOS FAMILIARES, PROFESSORES SOBRE A INCLUSÃO DOS ALUNOS COM NECESSIDADE ESPECIAIS NA ESCOLA REGULAR

Autor: Silvana Maria Nunes

Eixo temático: educação, diversidade e justiça social

Agencia financiadora: 85/CONSUN/2002-UNOESC

Resumo

Este trabalho teve como objetivo principal investigar a concepção dos professores e familiares em relação a inclusão aos alunos com necessidades especiais nas classes regulares no Centro Educacional Municipal Pequeno Príncipe do município de Herval D'Oeste. A metodologia adotada para a coleta dos dados foi a entrevista semi-estruturada. Com relação a análise, optamos pela qualitativa, por entendermos que posicionamentos não podem ser quantificados. Os dados coletados revelam as preocupações relacionadas a concepção sobre o processo de inclusão, tanto dos familiares, quanto dos professores identificando as dificuldades enfrentadas no processo de ensino e aprendizagem. Além disso, demonstram a falta de qualificação e despreparo dos professores que trabalham com as crianças com necessidades especiais. Com essa pesquisa pode-se concluir que as crianças com necessidades educacionais especiais estão a margem do processo educacional que no processo de aprendizagem ocorre a exclusão na inclusão, pois o professor não sabe como mediar o conhecimento e por isso coloca o aluno com dificuldade em um canto da sala de aula com o intuito de ensinar sem a interrupção dos colegas, os professores têm consciência dessa exclusão em sala de aula. Dentro dessa expectativa, enfatizamos a importância de entender o processo de inclusão ocasionando numa reflexão que viabilize ações que contemplem as necessidades educacionais de todos os envolvidos.

Palavras chaves: concepção, inclusão, necessidades especiais, aprendizagem

INTRODUÇÃO

O processo de inclusão que ocorre na educação básica vem gerando alguns questionamentos por parte dos professores e familiares. Essa pesquisa revela as dificuldades enfrentadas pelos professores, que se julgam despreparados para trabalhar com as crianças com necessidades especiais, e com os familiares que tem medo de entregar seus filhos a pessoas sem qualificação para desempenhar esse trabalho.

Observamos certa preocupação da escola frente ao novo modelo escolar, que é a inclusão de alunos que apresentam necessidades especiais no ensino regular. Esse movimento obriga à escola a refletir sobre esse novo paradigma, que vai desde a convivência desses

alunos num espaço comum, a re-estruturação do trabalho pedagógico da escola como um todo e o investimento na infra-estrutura necessária.

A política de educação especial determina à educação básica a obrigatoriedade da matrícula de crianças em idade escolar independentes de suas peculiaridades garantindo o atendimento especializado. No entanto, as crianças com necessidades especiais foram inseridas no âmbito educacional sem a devida preparação profissional, sem a adequação dos currículos e sem a adaptação dos espaços físicos.

Nessa perspectiva, o município de Herval D'Oeste está seguindo os critérios estabelecidos pelo MEC e pela Política de Educação Especial do Estado de Santa Catarina, porem o município esta se adequando ao novo sistema de educação, que por hora é a municipalização.

A partir do exposto enfatizamos que o presente artigo é parte de uma pesquisa realizada com professores, familiares, e gestor de uma escola, a qual nos permitiu conhecer como esta acontecendo a inclusão no Centro Municipal de Educação Pequeno Príncipe no município de Herval D'Oeste, verificando as barreiras intelectuais dos professores em relação ao assunto, bem como a falta de apoio pedagógico especializado e entendendo como as escolas são preparadas para receber as crianças com necessidades especiais.

O entendimento dos pais a respeito da inclusão dos alunos com necessidades especiais

A inclusão sugere uma reflexão que assume um processo que tem como objetivo a promoção da igualdade em todos os âmbitos sociais. Essa promoção eleva as lutas em defesa dos direitos humanos.

Dentre essas lutas, destacamos o sistema educacional que integra algumas diversidades apontando a um sistema que respeite as habilidades e potencialidades individuais, evitando os erros do passado.

A Lei da inclusão surge para garantir a essas crianças direitos de convivência social, nunca antes obtidos, adquirindo status de respeito, dignidade e cidadania.

O processo de inclusão gera receios pelos familiares, que superprotegem suas crianças com necessidades especiais, antes acolhidas apenas na escola especial, ambiente segregado destinado aos diferentes. Esse receio se limita as rotulações causadas pela deficiência ou suas limitações, referencias que aumentam a discriminação e o preconceito.

A escola alega um despreparo tanto de profissionais quanto de espaço físico, e muitas vezes, não busca por qualificação para evitar que as crianças especiais frequentem o ensino

regular, porem a lei inclui a todos fazendo com que as escolas se adéquem as novas peculiaridades.

As inadequações das escolas geram insegurança dos pais que não-estão acostumados às mudanças e ainda não aderiram a ideia aos direitos sociais de seus filhos, que até então frequentavam apenas as escolas especiais confinando-os com receio da reação da sociedade perante as deficiências.

Com a lei da inclusão alguns pais se sentem mais seguros dos direitos de seus filhos acreditando que a inclusão quebrou barreiras do preconceito e discriminação através da inserção de seus filhos no ensino regular assegurando um convívio social saudável. No entanto, alguns relutam em aceitar a inclusão, alegando que o ambiente não é adequado e que seus filhos devem permanecer no sistema educacional especial junto com seus semelhantes. Muitos familiares não conseguem aceitar as deficiências e limitações de seus filhos implicando na segregação nas escolas especiais.

É possível observar que os pais não estão conscientes da importância que a inclusão tem na melhoria da sociedade. A concepção dos pais em relação à inclusão é limitada, devido a falta de compreensão e o baixo grau de instrução intelectual dos pais.

Pode-se perceber que as colocações acima ficaram evidentes nas falas dos pais entrevistados, sendo possível observar as mesmas argumentações quando questionados sobre sua concepção de como é a inclusão e a aprendizagem do seu filho no ensino regular.

A mãe A relatou: o que esta acontecendo nas escolas não é uma inclusão, as crianças ficam isoladas das outras, eu nunca sei das atividades que estão sendo aplicadas a meu filho mesmo já tendo solicitado. Eu não vejo que haja uma aprendizagem cognitiva, porem ele adora estar socializado e esse momento de estar com outras crianças ou interagindo, estando em contato. No entanto o que me deixa apreensiva é a falta de capacitação dos professores, tanto por parte dos coordenadores municipais e estaduais, tanto pela falta de vontade dos mesmo estar se capacitando, pois muitos estão pelo salário e não sabe o tipo de sala de aula que vão encontrar.

A mãe B refere-se a importância que a lei da inclusão representa e defende *o direito de viver em uma sociedade. A minha filha adora estar na escola em contato com os outros colegas. Em questão do aprender, minha filha não tem muita aprendizagem, mas, não importa só o fato de estar com os outros já é significativo.* Os pais ressaltam a convivência como ponto crucial para o desenvolvimento cognitivo contribuindo para a extinção do preconceito e discriminação assegurando a igualdade.

A mãe C retrata o passado como termo pejorativo: *antigamente tínhamos que esconder nossos filhos e hoje com a inclusão podemos sair com eles a qualquer lugar e com todo direito. Já a aprendizagem não é fácil, porque ela aprende o que ela quer pelo o que se sente interessada*. O processo de construção que a inclusão desenvolveu estabeleceu desafios para a aceitação do outro com avanços no respeito de suas peculiaridades. Outro desafio evidenciado pela entrevistada é o aprendizado que se torna limitado aos interesses da criança com necessidades especial.

A mãe D respondeu que *no começo ele achava ruim, pois nossas crianças especiais com crianças ditas normais, porem agora pra mim a inclusão é uma coisa normal, percebo que meu filho é igual a outras crianças e tem direitos iguais. Ele esta se adaptando com a escola e por isso o processo é lento não vi evoluções, mas vai conseguir, pois percebo que ele tem domínio em alguns aspectos principalmente quando motivado*. A entrevistada enfatiza a adaptação, da criança com necessidades especiais, num ambiente de ensino regular uma etapa que integra esforços permanentes e fundamentais para a aquisição de habilidades e potencialidades, semelhante a descrição de Sopelsa in Sopelsa e Trevisol (2009, p. 7), “A adaptação deve ser atendida como uma etapa do processo de emancipação; [...] observa-se a manutenção permanente da adaptação como meta”.

A entrevistada E destaca que *na escola é bom porque ele tem amigos e se distraia bastante*. Em conformidade, com a descrição da entrevistada, o autor VYGOTSKY in REGO (1999. p.71) que descreve que “o desenvolvimento pleno do ser humano depende do aprendizado [...] a partir da interação com outros indivíduos da sua espécie”. A medida que as amizades acontecem desenvolvendo algumas potencialidades e habilidades individuais inibindo a desigualdade.

A mãe F afirma que *vê o filho como uma criança sem limitação, não mudando nada por causa da deficiência, principalmente depois que abriu essa lei os direitos são iguais. A aprendizagem esta fraca devida o próprio problema dele não conseguindo acompanhar as outras crianças*. Os avanços obtidos pela lei que assegura a inclusão promovem um sentimento de reconhecimento social estabelecendo conceitos de igualdade.

Quando questionados sobre o ensino oferecido pela escola regular e as escolas especiais destacando sua preferência. Os entrevistados A B, C, D, compartilham das mesmas ideias ressaltando que as escolas especiais se tornam importantes pelos atendimentos assistenciais como fisioterapia, terapia ocupacional, fonoaudióloga, oferecidos pela instituição suprindo algumas necessidades. No entanto, defendem o acesso ao ensino regular como fundamental para o desenvolvimento psíquico, cognitivo e social de seus filhos, conforme Stainback e Stainback (2009, p. 65), “A educação acontece

no contato com os outros, as potencialidades e as facilidades das pessoas moldam a extensão e a textura do crescimento de cada um de nós.” Esses posicionamentos demonstram que os pais partem do pressuposto que identifica a inclusão como base de respeito as diversidades sociais.

A entrevistada E afirma que seu filho nunca necessitou dos atendimentos oferecidos pela escola especial, pois suas limitações eram físicas. O entrevistado F relata que seu filho recebeu alta dos atendimentos fornecidos pela escola especial usufruindo apenas do ensino regular como base de sua aquisição de conhecimento.

Sobre o questionamento relacionado ao preconceito vivenciado pelas crianças dentro do ensino regular. As entrevistadas A e D aparentemente tem o mesmo posicionamento, pois, acreditam que há preconceito por parte dos pais e dos colegas, porém os colegas possuem uma inocência pura e por isso se auxiliam em todos os sentidos, gostam de estar com eles. Em relação aos professores sentem-se inseguros em situações que exigem habilidades distintas como à alimentação, higienização e convulsões identificam o despreparo e a falta de qualificação.

O preconceito esta enraizado na consciência cultural da sociedade consolidando o modelo social marcado pela desigualdade social oriunda de uma sociedade capitalista condicionada ao consumismo, que desenvolve métodos e técnicas de ensino para suprir o mercado de trabalho e o mercado consumidor o que determina a exclusão de pessoas com necessidades especiais. As entrevistadas B, C, E e F dizem que não perceberam qualquer forma de preconceito dos envolvidos, ressaltando a necessidade da inclusão de pessoas com necessidades especiais no âmbito educacional, proporcionando uma quebra de barreiras ideológicas, atribuindo um novo conceito que respeita a diversidade. As crianças que participam de uma escola inclusiva, não sentem preconceitos, pois as crianças especiais fazem parte de seu cotidiano escolar, de suas relações sociais, formando a ideologia cultural atual sem diferenças.

A concepção dos professores a respeito da inclusão dos alunos com necessidades especiais

A educação inclusiva vem se tornando foco na área da educação, pois, até meados de 2000 esses alunos recebiam tudo que lhes parecia necessários nas escolas especiais, porém, eram segregados pela sociedade que não aceitavam os diferentes.

Por isso em 2004 o governo federal exige que a Lei seja cumprida conforme delegava a LDB o governo alegou ter dado certo período para que os espaços físicos fossem melhorados e os profissionais capacitados.

Em Estado de Santa Catarina que desenvolveu em 2008 a Política de Educação Especial do Estado de Santa Catarina onde ressalta a responsabilidade do Estado perante a inclusão elaborando métodos e técnicas que respeitassem a diversidade.

Muitos professores que atuam nas escolas demonstram medo e até não aceitam a inclusão que está acontecendo em todo sistema educacional em território nacional. A concepção do professor em relação a inclusão depende muito de sua formação cultural e intelectual o que, muitas vezes, acaba interferindo na prática pedagógica. Isso ocorre porque nós seres humanos temos como método termos um pré conceito formado sobre tudo e todos.

Para identificar a concepção, do professor, em relação a inclusão e como esta se desenvolvendo a inclusão e a aprendizagem das crianças com necessidades especiais, a entrevistada A ressalta que *a inclusão é a união das crianças com necessidades especiais com as demais, porém tem algumas crianças que se adaptam e outras não. Algumas crianças não teriam condições de frequentar o ensino regular, outros têm a aprendizagem lenta, mas acontece sempre respeitando as peculiaridades individuais.* Nessa fala é possível observar a concepção de inclusão voltada a convivência social como fator essencial, no entanto é visível perceber na entrevistada que há pré-conceito na fala da entrevistada o que torna a inclusão um desafio, pois o professor através de um preconceito decide quem tem ou não condições de frequentar o ensino regular não lembrando da importância que a socialização tem para o desenvolvimento das potencialidades e capacidade psicomotor e cognitivo da criança com necessidades educacional especial e também da criança dita como normal que vivera em uma cultura respeitando a diversidade.

A entrevista C ressalva que *a inclusão, em geral, está sendo bem aceita, a gente já passou por alguns momentos de rejeição no início, mas agora eu vejo que todos tem uma mente aberta, as crianças especiais estão sendo melhor aceitas, esse benefício vai de encontro a outras crianças ditas normais que se beneficiem com a presença dela.* A entrevistada relata os desafios enfrentados no início do processo de inclusão ressaltando a mudança de ideário que a mesma proporcionou, no entanto o entusiasmo se acaba quando relata a falta de práticas didáticas nas realizações *das aprendizagens, alguns a gente consegue desenvolver melhor as aprendizagens, outros a gente muda os métodos porém eles não tem compreensão e não consigo ter êxito.* Para Vizim (2003, p. 133) “[...] utilizar modos diferentes e flexíveis de organização do tempo, do espaço e de agrupamentos dos alunos, para favorecer e enriquecer seu processo de desenvolvimento de aprendizagem;” É importante destacar que as condições de aprendizagem condiz as peculiaridades individuais, tornando o

processo de ensino um desafio que poderá ser superado diante do esforço apresentado pelo professor em organizar atividade e métodos inovadores.

A entrevista D destaca a *realidade onde a inclusão acontece, sem infraestrutura*. Dizendo que as *crianças são colocadas em nossas salas de aula sem que os professores estejam capacitados em um ambiente desfavorável*. Para Vizim (2003, p.51) “[...] professores se questionam e sentem-se ameaçados e amedrontados pela falta de estrutura física, de material, de apoio e, fundamentalmente, de formação pedagógica [...]”. Essas dificuldades aumentam quando os professores não têm formação e experiência em sala de aula, transformando a aprendizagem da criança especial algo impossível de acontecer.

Quando solicitados a fornecer sugestões que melhoraria o processo de inclusão e por consequência a aprendizagem, de maneira geral, todos os entrevistados sugeriram que as políticas públicas poderiam adequar a infraestrutura da escola, adaptando uma sala de higienização que serviria para fazer a troca de fraldas, no caso das crianças que as necessitam, e também uma sala com recursos didáticos e metodológicos que aumentaria a aquisição de potencialidades dessas crianças, alegam que quando as crianças estão nervosas ou agitadas tem onde atender-los. Para Mantoan (2009, p. 53) “[...] no espaço físico da sala de aula, constatamos que, em geral, as condições estruturais dessas classes como espaços de ensino-aprendizagem ainda deixam muito a desejar. [...]” Outro fato apontado, foi a falta de orientação ou apoio pedagógico de uma pessoa capacitada acompanhada de recursos práticos essencial para desenvolver o processo de ensino.

A entrevistada D acrescentou que *em primeiro lugar precisaria vir um professor graduado para trabalhar com as crianças com necessidades especiais*. A secretaria municipal de educação, onde a escola esta inserida, optou em contratar estagiarias para atender as crianças com necessidades especiais provocando muitos conflitos gerados na falta de capacitação, a discussão reflete a preocupação que os professores tem quando reforçam a falta de preparação dos profissionais com experiência e graduação imaginando dificuldade das estagiarias diante dessa situação. O atendimento oferecido a crianças com necessidades especiais pelos professores auxiliares não habilitados traduz o desleixo que a inclusão representa aos poderes públicos que cumprem as leis teoricamente

A entrevistada E ressalta que *antes de tudo as pessoas tem que aceitar, pois alguns não aceitam, tem muitos professores que não abrem a cabeça e não aceitam os diferentes achando que vão atrapalhar. Acho que as pessoas estão atrasada em relação a inclusão e acham a deficiência um problema, os professores teriam que se conscientizar, mudando a mentalidade ficaria mais fácil de trabalhar. E a criança teria que ter o devido respeito*. Esse

apontamento é algo que implica em uma reflexão profunda em torno da aceitação do outro como fator primordial e essencial para os professores promoverem uma sociedade escolar consciente e engajada em respeitar as diversidades. Para Sopelsa in Sopelsa e Trevisol (2009, p. 70) “[...] O estigma, o preconceito, o estereotipo são formulações subjetivas e ideológicas, baseadas nas condutas éticas de determinada sociedade, que recaem na corporeidade do ser humano, contribuindo efetivamente para a confirmação e determinação da diferença.” No entanto a Lei da inclusão vem com o intuito de acabar com qualquer tipo de preconceito e discriminação inovando uma cultura que desencadeia o respeito mutuo a todas as gerações e principalmente essa que convivera com as diferenças.

A entrevistada L responsabiliza as políticas publicas na adequação do currículo, o currículo esta sendo adequado pelo professor sendo que teria que vir pronto das secretarias. Para Carvalho (2009, p.1 03) ”A administração educativa central compete organizar os parâmetros curriculares nacionais nos quais a escola vai se basear para construir seu próprio projeto curricular”. O projeto curricular deve ser elaborado pela pelo corpo docente da escola visando atender as necessidades básicas da comunidade escolar. O currículo deve ser flexível, podendo ser alterado e tem como função auxiliar o professor na orientação de como ensinar, o que e quando ensinar respeitando as peculiaridades evidenciadas na reunião que elabora o currículo da escola. Outro fato evidenciado pela entrevistada é a falta de *cursos de capacitação no inicio do ano letivo com atividades praticas e possíveis de desenvolver para qualquer deficiência*. Os professores devem estar sempre aperfeiçoando a sua formação inovando seus métodos e praticas através de cursos que podem ser oferecidos pelas políticas publicas. A entrevista ressalta o desprazer quando alega *que deve ficar bem claro a função que o segundo professor ira desempenhar que é de promover a aprendizagem desse aluno*. Na lei da inclusão não é feito distinção entre professor titular e auxiliar o que da o entender que devem desempenhar a mesma função. Com essa fala é possível destacar o equívoco que as escolas estão proporcionando em relação a inclusão pois quando a classe tiver uma criança com necessidades educacional especial terá direito a um segundo professor em sala de aula, mas é de extrema relevância ressaltar que a criança com necessidade especial não terá um professor exclusivo e que os dois professores devem trabalhar auxiliando as dificuldades de toda a turma.

Mesmo os profissionais já graduados alegam que não tiveram disciplinas que desenvolvessem sua concepção em relação a inclusão e como trabalhar com essas crianças. No entanto, as diretrizes nacionais propõem que os cursos de graduação ofereçam disciplinas que desenvolva as competências e habilidades de crianças com necessidades especiais. Essas

disciplinas servem para que os acadêmicos compartilhem saberes para praticar em sala de aula.

O nível de formação interfere na prática desenvolvida pelo professor em sala de aula, pois a formação serve como base de apoio pedagógico, nessa perspectiva fica o questionamento de como os estagiários exercem sua função?

Outra pergunta levantada reflete as relações existentes entre os alunos com NEE e os alunos do ensino regular se há diferenças que apontem a preconceitos e discriminações praticados pelas crianças ditas normais, os entrevistados foram precisos em dizer que nunca notaram nenhum sentimento de discriminação o que acontece é um processo de colaboração entre eles acabando com qualquer limitação visível. Essa convivência é essencial para o desenvolvimento do respeito não se limitando aos pré-conceitos estabelecidos pelos padrões culturais, às crianças não percebem as diferenças vistas pelos adultos já contaminados pela sociedade preconceituosa.

A inclusão tem como requisito principal adaptar e adequar a escola proporcionando a todos uma educação de qualidade, contribuindo com uma geração de sociedade mais consciente desgarrado dos sentimentos maléficos da discriminação e preconceito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa foi baseada em concepções dos pais e professores e direção de escola em relação ao processo de inclusão proporcionada as crianças com necessidades especiais.

Percebemos através dos relatos dos familiares a falta de informação sobre as concepções ou conceitos que norteia o processo inclusão no âmbito da escola em estudo, porem fica evidente que sabem da importância das leis que protegem e dão direitos a todos sem distinção. Ressaltam a exclusão sofrida antes das diretrizes e a mudança ocorrida na sociedade que teve a partir da inclusão das crianças com necessidades especiais nas escolas esquecendo as diferenças, amenizando o preconceito e a discriminação.

Concluimos com as entrevistas realizadas com os professores que a concepção de inclusão dos mesmos se baseia nas dificuldades enfrentadas pelos educadores, onde muitos têm receio de não saber como trabalhar, outros—sentem certo desconforto em torno do preconceito inserido culturalmente na sociedade.

Assim, no processo de aprendizagem ocorre a exclusão na inclusão, pois o professor não sabe como mediar o conhecimento e por isso coloca o aluno com dificuldade em um canto da sala de aula com o intuito de ensinar sem a interrupção dos colegas, os professores têm consciência dessa exclusão em sala de aula.

Também concluímos que o processo de inclusão no centro educacional pequeno príncipe ocorre de maneira lenta, pois não tem profissionais capacitados, falta estrutura física, falta apoio ou orientação de profissionais especializados.

Outro ponto a ser destacado e que interfere na inclusão é a diferença existente entre professores titulares em relação do segundo professor ou professor auxiliar que a secretaria municipal contrata para ajudar na mediação e transmissão de conhecimento, os titulares dizem que os auxiliares estão somente para cuidar das crianças com necessidade especial, porém, professores devem saber que não há distinção entre esses dois profissionais. Outro item a ser destacado é sobre a contratação de estagiários ao invés de professores graduados dificultando o processo de aprendizagem, pois muitos estagiários não sabem e muitas vezes não se interessam por pesquisas que envolvem métodos e técnicas que podem ser aplicados para as crianças com dificuldades de aprendizagem.

Destacamos que para acontecer um processo de inclusão com qualidade a secretaria municipal deve rever alguns conceitos como: adequar a estrutura física da escola; contratar um profissional da área pedagógica para atuar em período integral, fornecer cursos anualmente que oriente no trabalho exercido com a crianças com necessidades especial; conscientizar o corpo docente da escola da importância da inclusão e do tratamento sem preconceito ou diferenças para as crianças; formação continua para todos os professores; e o mais importante desenvolver um trabalho em equipe dentro da escola discutindo as praticas, métodos, técnicas que podem se utilizadas para que ocorra o processo de socialização e consequentemente o aprendizado.

Com os professores qualificados e a estrutura adequada para os alunos com necessidades especiais a escola estará suprimindo as necessidades dos colaboradores, dos alunos, e da comunidade escolar e contribuído para que se tenha uma sociedade mais justa e igualitária, evitando-se assim a exclusão social.

Referencias

- CARVALHO, Rosita Edler. **Educação inclusiva**: com pingos nos "is". 6. ed. Porto Alegre: Mediação, 2009. 176 p.
- MOLL, Luis C. **Vygotsky e a educação**: implicações pedagógicas da psicologia sócio-histórica. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. x, 432 p.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **O desafio das diferenças nas escolas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. 152 p.
- SOPELSA, Ortenila; TREVISOL, Joviles Vítório. **Currículo, diversidade e políticas públicas**. Joaçaba, SC: Unoesc, 2009. 350 p.
- STAINBACK, Susan; STAINBACK, William. **Inclusão**: um guia para educadores. Porto Alegre: Artmed, 2007. 451 p.
- VIZIM, Marli; SILVA, Shirley. **Políticas públicas**: educação, tecnologias e pessoas com deficiências. Campinas, SP: Mercado de Letras 2003 256 p